

Gatilho Furtivo

Carregado Nacional

ANTES de apagar as luzes do mandato que está por alguns dias, e finalmente sair, a mesa diretora da Câmara voltou atrás de uma decisão tomada por pressão da opinião pública. O escândalo era tão inoportuno que os deputados foram dissuadidos de aprovar o aumento dos subsídios na hora de sair. Pois bem: na confusão geral, a mesa puxou o gatilho e acertou o aumento que vai permitir a uns trezentos deputados que não foram reeleitos embolsarem, com isenção de imposto de renda, um acréscimo de 25% nos subsídios de janeiro e fevereiro.

Só ficou faltando a explicação de que o aumento foi para compensar a redução da parte variável dos subsídios, dado que não há como pagar por sessões que não se realizam no período de recesso, sobretudo sessões extraordinárias. Sem maiores explicações e, sobretudo, sem senso de moral pública, a mesa fez o aumento que a Câmara havia decidido não fazer, para evitar que a sociedade confirmasse que o eleitor teve motivos de sobra para não permitir a volta de 65% da representação política nacional.

A alegação para esse aumento furtivo foi o aumento de 25% ao funcionalismo público em dezembro. A benesse do Executivo não é, moral e administrativamente, um precedente legal. Mesmo porque é só com o sacrifício dos seus servidores que o Governo gosta de dar eventualmente exemplo de austeridade,

e só em último caso. Os deputados, como é do conhecimento geral, aumentam-se quando entendem conveniente, sem que isso sirva de precedente legal para aumentos de trabalhadores ou funcionários.

A sensação de que este Congresso em final de mandato foi, sem nenhum favor, o pior de quantos os brasileiros já tiveram acaba de ser confirmada. O pior é que a má fama acumulada vai fatalmente para a instituição. Renova-se a representação a cada eleição, mas não se consegue melhorar o padrão de conduta parlamentar. Baixa produtividade e alta imoralidade não fortificam o regime representativo. O atual Congresso acrescentou ao saldo negativo tradicional o exercício de piano nas votações de plenário e o voto de liderança, que permite às bancadas, desde o autoritarismo, faltarem ao trabalho sem perder os jetons extraordinários por sessões que não se realizam. É o que se entende como cambalacho.

A Constituinte está por alguns dias para começar a agir. Ora, o país não quer apenas uma nova Constituição. Precisa também, e muito, de uma certa moralização que dificilmente virá por via espontânea. Seria de bom aviso que os constituintes assumissem o compromisso de moralizar a atividade representativa, para que não se diga mais tarde que o mau comportamento parlamentar solapou a confiança política da sociedade, e propiciou oportunidade às soluções indeejáveis que sempre estão de plantão.